

Comunicado da Diretoria da Adunesp sobre a Plenária Ampliada de 17 de agosto de 2016

Nesta quarta-feira, dia 17/8/2016, aconteceu em São Paulo uma plenária conjunta entre Adunesp e Sintunesp. A atividade contou com representações de 13 *campi* da Unesp. O objetivo foi o de avaliar o movimento de greve na Unesp e definir atividades comuns entre os dois segmentos. Os representantes deram informes sobre cada unidade e debateram aspectos da conjuntura que envolve o movimento.

Nas falas da ampla maioria, ficou expresso o grande descontentamento com a postura da reitoria da Unesp: após passar décadas negando a necessidade de mais recursos para garantir a ampliação de *campi*, cursos e vagas na Universidade, nossos dirigentes continuam apostando na “solução” de descarregar sobre a comunidade o ônus da propalada crise, optando pelo arrocho salarial, não contratação de pessoal e precarização das condições de trabalho.

As deliberações

Feitas as discussões, cada segmento votou em separado os indicativos às respectivas categorias.

Servidores docentes: Suspender a greve e manter a mobilização

- 1) Indicativo de suspensão organizada da greve, e volta ao trabalho a partir de 22/8;
- 2) Envio de ofício ao reitor, comunicando que em 21/9 estaremos na reitoria para cobrar reajuste digno e isonomia, uma vez que, neste dia, já estarão disponíveis os dados sobre a arrecadação do ICMS do mês de setembro, ocasião em que o reitor se comprometeu a discutir esses itens com os sindicatos;
- 3) Realização de assembleias locais depois do dia 22/09;



4) Realização de uma segunda plenária conjunta Adunesp-Sintunesp, após as assembleias locais, para avaliação do movimento;

5) Construção, durante o período de suspensão da greve, de um calendário de atividades conjuntas Adunesp/Sintunesp nos *campi*;

6) Constituição imediata de um comitê conjunto das duas entidades para organizar debate entre os candidatos à reitoria da Unesp.

Servidores técnico-administrativos: Manter a greve

- 1) Manter a greve e cobrar efetiva negociação em setembro;
- 2) Buscar a realização de atividades conjuntas com os docentes em todos os locais onde for possível;
- 3) Cobrar das direções locais uma postura clara na reunião do CO marcada para 23/8, na defesa da real negociação entre reitoria e sindicatos, em rejeição ao arrocho salarial e pela isonomia; (indicativo para servidores docentes e técnico-administrativos)
- 4) Realizar atividades sincronizadas nos *campi*, inclusive com a possibilidade de paralisações pontuais

nos *campi* que não aderiram ao movimento em datas definidas como “Dia de Luta dos Servidores Técnico-Administrativos da Unesp”;

5) Montar um comitê conjunto das duas entidades para organizar um debate entre os candidatos à reitoria da Unesp;

6) Em setembro, não havendo progresso na reunião com o reitor, debater e deliberar sobre a judicialização do movimento.

Algumas considerações importantes

O segundo semestre se inicia, portanto, com o indicativo de suspensão de uma greve que, em alguns *campi*, se manteve por mais de 60 dias. O movimento se iniciou quando, diante de uma inflação que beira os 10%, a USP e a Unicamp tiveram seus salários reajustados em míseros 3% e os servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp tiveram reajuste zero, com a promessa do reitor de pagamento deste índice “quando puder”, ou seja, em algum futuro em que ele decida que a Unesp poderá arcar com essa despesa. Trata-se de uma postura que pode mui-



to bem ser representada pela frase: “devo, não nego, pago quando puder”. Também estávamos mobilizados pela reabertura de negociações entre o Cruesp e o Fórum das Seis, o que, de fato, aconteceu. No entanto, avançamos apenas no que diz respeito à nossa proposta de realizar uma reunião tripartite Fórum das Seis-Cruesp-Governo Estadual e nada em relação ao reajuste da data-base.

Continuamos vivenciando, dentro da Unesp, os aspectos perversos da crise de financiamento anunciada há décadas pelo Fórum das Seis. Carreiras dos servidores técnico-administrativos e docentes suspensas, não contratação de servidores nem em casos de morte, aposentadoria ou demissão. Congelamento de recursos para graduação, custeio das unidades e permanência estudantil.

E, enquanto nossos gestores estiverem convencidos de que não há possibilidade de deslocar recursos de outras rubricas do orçamento da Unesp para esses fins, continuaremos caminhando para o colapso total da nossa Universidade.

Sem que sejam autorizadas contratações de professores substitutos em número suficiente para compensar o enxugamento do quadro de professores em RDI-DP, seguiremos trabalhando mais, em condições cada vez piores, e ganhando menos que os nossos colegas da USP e da Unicamp.

O reitor da Unesp afirma que a situação orçamentária e financeira da Universidade “é crítica” e que foi atingido o limite da disponibilidade de recursos para atender às demandas acima. Embora não tenhamos condições de verificar essa afirmação até a última vírgula, sabíamos que chegaria o dia em que 9,57% do ICMS cota-parte do Estado não seriam suficientes para manter as universidades estaduais, e os reitores estão anunciando que esse dia chegou.

O conteúdo das falas dos reitores converge para a afirmação de que as universidades públicas paulistas estão à beira de um colapso, o que é gravíssimo sob todos os pontos de vista. Com a crise de financiamento, eles admitem estar diante de uma situação limite no que diz respeito ao orçamento



das universidades, e que as possibilidades de corte orçamentário e financeiro chegaram à exaustão. Para eles, a situação é tão crítica que não é mais possível suprir a escassez de recursos para o funcionamento “normal” das universidades com os nossos salários, como fizeram até agora. Certamente, é por esse motivo que, desde 2014, inicialmente pressionados por uma greve forte e extensa, os reitores começaram a admitir publicamente a necessidade de mais recursos - para além dos 9,57% - para a manutenção das três universidades públicas paulistas.

Assim, a suspensão da greve não aconteceu num contexto em que foram superados os nossos problemas. O maior deles neste momento, a crise de financiamento, não está sequer equacionado. Ainda não há um consenso entre a comunidade interna e a reitoria acerca de questões orçamentárias e financeiras pelo simples fato de que o acesso aos detalhes do orçamento da Unesp é muito difícil para não especialistas em finanças públicas. Também não há consenso entre os gestores das universidades e o governo estadual acerca do montante de recursos necessários para o financiamento das universidades públicas paulistas, tanto que houve veto explícito do Palácio do governo às reivindicações de aumento da dotação orçamentária das universidades durante a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2017) na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Por todos esses motivos, acreditamos que é hora de aprofundarmos as discussões sobre o caráter e o funcionamento da nossa Universidade; a natureza da ati-

vidade docente no que diz respeito à formação dos estudantes de graduação, à produção de conhecimento socialmente relevante; e à qualidade e importância da prestação de serviços à comunidade.

Trata-se de uma etapa em que devemos continuar a construção de instrumentos de luta que sejam capazes de resistir à destruição da Universidade, impedindo que ela seja rebaixada à condição de ministrar majoritariamente cursos de graduação de qualidade duvidosa (*colegião*), com pequenas e escassas “ilhas de excelência” dedicadas exclusivamente à produção de conhecimento manietado pela iniciativa privada, de duvidosa relevância social. Aqui contando com farto apoio às atividades de pesquisa e lá assoberbada com a sobrecarga de aulas na graduação... e trabalho precarizado em ambas.

É preciso também que consideremos, nessa hora crítica, que os servidores técnico-administrativos permanecem em greve em 14 *campi*, e é fundamental que respeitemos esta categoria que está lutando pelos mesmos objetivos que nortearam nossa greve. A categoria docente não pode permitir que a reitoria a utilize como seu braço na repressão ao movimento dos servidores técnico-administrativos, nem como executora de quaisquer atos punitivos contra os estudantes que também se engajaram na luta em defesa da nossa universidade.

A luta conjunta com essas duas categorias tem garantido vitórias importantes ao longo da história da Unesp, e é fundamental que a categoria docente seja solidária com os servidores técnico-administrativos e com os estudantes, neste momento difícil.